

Notícias

[>> comente esta notícia](#) [>> indique esta notícia](#) [>> imprima esta notícia](#)



Ranking de patentes gera debate sobre políticas de inovação 10/03/2008

Editorial sobre a colocação do Brasil no ranking de pedidos de patente PCT em 2007 provoca polêmica: lugar de inovação é academia ou empresa? Conheça a opinião dos nossos leitores

No fim de fevereiro, a Folha de S. Paulo publicou um editorial da que discutia o ranking dos países líderes em pedidos de patente PCT em 2007. De acordo com o jornal, o Brasil teria uma incapacidade crônica de converter sua produção acadêmica em invenções que gerem patentes. O texto provocou polêmica entre nossos leitores que, em uma série de comentários, debateram a premissa da qual partiu o jornal: a busca pela inovação deve mesmo seguir este caminho, partindo da pesquisa acadêmica em direção ao setor produtivo, ou o lugar da inovação é a empresa que, durante a pesquisa para desenvolver novos produtos, pode demandar soluções à academia?

Para o leitor Luiz Otávio Ferreira, professor da Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o modelo de incentivo centrado na academia é a principal causa do insucesso das políticas públicas de inovação. "A clássica comparação do Brasil com a Coreia evidencia isso. Lá as políticas públicas de incentivo à inovação foram centradas nas empresas, com um inegável sucesso", explica. "Se inicialmente a inovação era majoritariamente financiada pelo estado, atualmente as empresas são a principal fonte de financiamento. As pesquisas nascem das necessidades das empresas, e assim já têm caminho pavimentado até sua aplicação em produtos e serviços inovadores", completa.

Ferreira constata, ainda, a falta de mobilidade de pessoal entre a academia e as empresas. "É fato que nossos estudantes raramente consideram a possibilidade de criarem suas próprias empresas, e muito menos os pesquisadores acadêmicos. Digo-o por ser professor universitário e constatar isso no meu dia-a-dia", afirma. "No Primeiro Mundo a maioria das inovações radicais se dão nas empresas, cabendo às pesquisas acadêmicas principalmente a formação de pesquisadores", diagnostica.

Opinião contrária é defendida por outro leitor, o também engenheiro Claudemiro Bolfarini, professor da Universidade Federal de São Carlos. Para ele, inovações radicais podem se originar das pesquisas acadêmicas. "Precisamos incentivar os jovens que saem das universidades a abrirem suas próprias empresas, inovadoras, aproveitando os resultados da academia, pois é perda de tempo tentar isso com o empresariado atual", argumenta. Segundo Bolfarini, a estratégia das maiores empresas brasileiras sempre foi a de explorar recursos naturais, comprar licenças no exterior para produzir no país bens desatualizados e esperar que os incentivos à inovação venham do governo, "como se não houvessem outros atores no cenário produtivo". Para ele, enquanto esta mentalidade não mudar muito pouco vai ser feito em termos de inovação.

Para o leitor Paulo Chacon, do Instituto Nacional de Tecnologia, a inovação é um processo agregador, que não pode ser atingido pelo governo ou pela empresa, sozinhos. "O Brasil deve sim, buscar converter conhecimento científico em inovação", defende. A condição para que isso aconteça é a empresa e academia enxergarem o mesmo fim. Ele cita, como exemplos, a Universidade Federal de São Carlos e a Coppe, instituto de pesquisa em engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que desenvolvem com frequência projetos em parceria com empresas. Em grande parte das vezes, a demanda de inovações vem do setor produtivo, como é o caso das pesquisas feitas pela Cope para atender a Petrobras. Um outro tipo de relação acontece quando se desenvolve pesquisa aplicada na universidade. Neste caso, para que um protótipo seja aceito pelo mercado e assim se torne, efetivamente, uma inovação, o caminho não é tão fácil. Esta questão é tratada pelo leitor Leonardo Rodrigues da Silva, pesquisador que teve sua empresa de sistemas de reabilitação, BioSmart, criada com o apoio da Incubadora Tecnológica de Curitiba, do Instituto Tecnológico do Paraná. "A inovação pode começar no meio acadêmico, mas deve passar para a indústria para que esta produção se converta em retorno financeiro para o país. Já vimos que a produção de inovação no país não é o problema, mas sim a colocação desta inovação no mercado", pondera. Para ele o local da pesquisa, academia ou indústria, não é tão importante.

O leitor Marcelo Antonio Percicotti, especialista em cooperativas de trabalho e consultor da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, discorda. Para ele, é fundamental que a mudança tecnológica e a inovação partam do setor produtivo e que a academia contribua com o conhecimento externo que a empresa não possui. "Uma política que incentive o papel central das organizações empresariais na inovação é tudo de que precisamos. E, na realidade, o que temos é uma política de inovação baseada em modelos desenvolvidos nos anos 50 que pouco contribuem na atual conjuntura".

Duas falhas importantes do sistema atual de incentivo à inovação são destacadas por leitores: o uso inadequado de verbas destinadas à inovação e a cobrança de exigências que inviabilizam a participação de empresas em editais. A primeira falha, apontada pelo leitor Cesar Ghizoni, da Equatorial Sistemas - empresa de São José dos Campos, São Paulo, que desenvolve tecnologia espacial - é relativa ao uso de recursos. Segundo ele, alguns "ICTs têm se utilizado sistematicamente dos incentivos à inovação, caso dos Fundos Setoriais, por exemplo, para substituição de orçamento e não para o desenvolvimento de produtos inovadores", denuncia.

O segundo problema, identificado pelo leitor Haroldo Silva, coordenador do Departamento de Economia da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, diz respeito à burocracia exigida em alguns casos, o que, para ele, faz com que os custos do processo sejam inviáveis. Silva exemplifica sua queixa citando o caso de uma grande empresa, com ramificações por diferentes setores, que estudou a possibilidade de utilizar uma linha de fomento. "As exigências eram de tal magnitude que o controle e o número de horas gastas na elaboração da documentação inviabilizaria [a operação]. A empresa gastaria muito mais para obter a linha do que o valor recebido. Típico caso de custos de oportunidade superior ao provável benefício. Ou facilitamos a operação, ou sobrarão linhas", protesta.

O debate sobre inovação está longe de terminar. Já que o aumento do número de patentes, embora não seja o único, é o principal indicador do crescimento da produção tecnológica de um país, podemos concluir que as políticas atuais de incentivos e subvenções, restritas como são hoje, não estão funcionando. A falta de recursos é um problema, mas aumentar sua oferta pode não ser a solução se a estratégia de aplicação desta verba não for revista. A avaliação permanente de nossas políticas públicas de estímulo à inovação é fundamental, assim como a abertura para, a partir da avaliação, repensar antigas estratégias e abrir espaço

para exemplos que deram certo.

Notícias relacionadas

Divulgado ranking de países que mais registram patentes

Políticas públicas de estímulo à inovação que esperam converter conhecimento científico em produto inovador não estão tendo os resultados esperados pela sociedade

Número de patentes do Brasil decepciona ONU

Apesar do crescimento de 15% em 2007, país ocupa a 24ª posição mundial em quantidade de registros. EUA lidera ranking das potências inovadoras, atingindo 52.280 patentes

Artigo: Reverter o declínio tecnológico

Pela nítida correlação entre patentes e aumento do PIB, o desempenho do Brasil, que piorou, está na contramão do que a sociedade espera. Leia o artigo de Roberto Nicolsky

Artigo: **Tecnologia e aceleração do crescimento**

[Últimas notícias](#)

Voltar

[>> comente esta notícia](#)

[>> indique esta notícia](#)

[>> imprima esta notícia](#)



[2009](#) • [2008](#) • [2007](#) • [2006](#)